

Rafael Benevides de Sousa

Professor Adjunto da Faculdade de Geografia (FACGEO/IETU) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus de Xinguara, doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF)
benevidessousa@gmail.com

Territorialidade e campesinização na Amazônia

Resumo

Este trabalho objetiva apresentar algumas perspectivas sobre o campesinato amazônico, debatendo a territorialidade e o processo de campesinização a partir do recorte espacial do nordeste paraense. As discussões aqui apresentadas resultam de pesquisa realizada em comunidades camponesas nos municípios de Acará, Bujaru e Concórdia do Pará, entre 2015 e 2019. A metodologia baseia-se na análise de dados qualitativos, incluindo entrevistas transcritas no texto, e no diálogo com referenciais teóricos sobre o campesinato brasileiro. Os resultados da pesquisa revelam a complexidade das estratégias de reprodução social e a resiliência das famílias camponesas frente aos desafios do capital, constituindo no campo um local de morada e de trabalho. Busca-se, assim, contribuir para o debate sobre as dinâmicas territoriais no agrário amazônico, por intermédio das relações que produzem territorialidades camponesas a partir do processo de campesinização.

Palavras-chave: Territorialidade, Campesinização, Agricultura Camponesa, Amazônia.

Abstract

TERRITORIALITY AND PEASANTIZATION IN THE AMAZON

This paper aims to present some perspectives on the Amazonian peasantry, discussing territoriality and the peasantization process from the spatial perspective of northeastern Pará. The discussions presented here result from research carried out in peasant communities in the municipalities of Acará, Bujaru and Concórdia do Pará, between 2015 and 2019. The methodology is based on the analysis of qualitative data, including interviews transcribed in the text, and on the dialogue with theoretical references on the Brazilian peasantry. The results of the research

reveal the complexity of social reproduction strategies and the resilience of peasant families in the face of the challenges of capital, constituting the countryside as a place of residence and work. Thus, the aim is to contribute to the debate on territorial dynamics in the Amazonian agrarian system, through the relations that produce peasant territorialities from the peasantization process.

Key-words: Territoriality, Peasantization, Peasant Agriculture, Amazon.

1. Introdução

Ao trilhar o chão de comunidades rurais na Amazônia, observamos processos de campesinização que são originários das relações cotidianas e organizadas sobre a terra, construindo uma territorialidade agrária que é continuamente criada e recriada na sociedade capitalista contemporânea. Esse processo de campesinização é também resultado das lutas sociais que as famílias camponesas enfrentam para manter seu modo de vida e o direito social de usufruto da terra e dos bens comuns.

Esse campesinato caracteriza-se por uma territorialidade baseada em elementos nucleares da vida camponesa, alicerçada nas relações entre terra, trabalho, família e religiosidade (WOORTMANN, 1990). Contudo, a articulação desses elementos delineados por Woortmann tende a se especificar conforme o contexto histórico-geográfico e de ecossistemas-ambientes nos quais esses camponeses estão territorializados, almejando conquistas particulares e lutas diversas.

No espaço agrário brasileiro, e mais especificamente na Amazônia, o campesinato singulariza-se em territorialidades específicas, reivindicando direitos territoriais por meio de um movimento pautado pelo espaço geográfico étnico/identitário onde estão contextualizados. Nesse caso, a territorialidade ganha protagonismo nas lutas sociais e de re-existências no campo, sendo o mecanismo pelo qual as populações agrário-extrativistas conseguem ter uma relação de poder no espaço, legitimando, assim, seus territórios de vida nos quais re-existem¹.

Por territorialidade, neste trabalho, entendemos como,

Uma poderosa estratégia geográfica para controlar pessoas e coisas através do controle de área. Territórios políticos e propriedades privadas de terra podem ser as formas mais familiares em que a territorialidade ocorre em vários níveis e em

numerosos contextos sociais. A territorialidade é utilizada em relacionamentos cotidianos e em organizações complexas. A territorialidade é a expressão geográfica primária de poder social. É o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados. As funções de mudança da territorialidade nos ajudam a entender as relações entre sociedade, espaço e tempo (SACK, 2011, p. 63).

Portanto,

A territorialidade forma o pano de fundo para as relações humanas e concepções de espaço e indica que as relações espaciais humanas não são neutras. Pessoas não apenas interagem no espaço e se movem através do espaço como bolas de bilhar: interação humana, movimento e contato são também casos de transmissão de energia e informação, para afetar, influenciar e controlar as ideias e ações de outros e o acesso deles a recursos. Relações especiais humanas são os resultados de influência e poder. Territorialidade é a forma espacial primária que o poder assume (SACK, 2011, p. 87-88).

Entender a territorialidade como a materialização primária das relações de poder no espaço permite conceber a territorialidade camponesa como o resultado das ações produzidas por uma multidimensionalidade de poder que são engendradas no campo por meio de um processo de campesinização contrário à ordem dominante capitalista, sendo, portanto, uma territorialidade de re-existência.

Ao conceber a campesinização como um processo de re-existência, é possível entender um campesinato em movimento, por dentro e por fora dos movimentos sociais, constituindo um mosaico campesino na estrutura agrária brasileira e, assim, originando um campesinato diverso.

A diversidade de campesinatos existente em cada formação territorial resulta de processos históricos complexos, a partir dos quais cada grupo local determina sua própria maneira de se relacionar com a terra e a natureza, conformando tradições distintas, o que, por sua vez, está intimamente vinculado às relações estabelecidas entre o grupo e as várias formas de capital e seus respectivos mercados, organizados em escalas diferenciadas. Nesse processo, o Estado desempenha um papel-chave como mediador dessas relações (MARQUES, 2008, p. 70).

Essa diversidade camponesa na Amazônia é constituída pelas diferentes composições das unidades domésticas familiares, que estabelecem no espaço agrário relações múltiplas, referentes a formas distintas de inserção no mercado, diferentes processos de regularização fundiária, matrizes religiosas diversas, festas sagradas e profanas – não religiosas –, ora estando atrelados ao rio-igarapé, ora atrelados à estrada-terra firme,

construindo organizações coletivas como associações e cooperativas, mas implicando sempre um desejo comum de continuar morando e trabalhando no campo.

O mergulho em comunidades rurais, o *locus* da pesquisa que resultou nas linhas aqui discutidas, revelou uma territorialidade camponesa amazônica constituída por grupos familiares extensos, formados por gerações diferentes – pai, filho e neto – que se articulam no uso comum de uma mesma propriedade da terra.

Compreende-se que a formação da família extensa é conduzida pelo afeto e pela convivialidade com o local de morada dos pais, mas é também resultado da desigual estrutura do espaço agrário, que dificulta o acesso à terra, cada vez mais prisioneira do binômio latifúndio-agronegócio, fruto da articulação entre Estado e capital.

Diante do cenário atual de destruição da Amazônia, o estudo sobre a população camponesa entra na ordem do dia para demonstrar a importância dessa territorialidade nesse campo em disputa. As pressões do agronegócio sobre a floresta têm criado desafios ambientais alarmantes, impactando a vida no planeta. Por outro lado, as formas de vida das populações camponesas, indígenas e tradicionais, fazem da natureza um aliado para a reprodução da vida.

Paralelamente aos projetos de desenvolvimento na Amazônia, observamos em campo estratégias de sobrevivência que têm permitido processos de campesinização na sociedade contemporânea. São táticas camponesas para a conquista de seus direitos territoriais, de acesso a políticas emancipatórias ou compensatórias, articulando uma organização interna na unidade doméstica que permite às famílias campesinas reproduzir-se socialmente e manter a posse da terra.

Em meio a esses elementos, emergiram durante a pesquisa depoimentos que expõem o desejo de permanecer no campo, negando o êxodo rural e constituindo o campo como lugar de moradia e trabalho. Desse modo, entende-se que a permanência no campo se dá também pelo aspecto simbólico-cultural que entremeia as relações sociais camponesas de pertencimento à terra. É a partir dessas questões que se busca, neste artigo, tecer um debate sobre a territorialidade e processos de campesinização no agrário amazônico.

As reflexões deste artigo partem de pesquisas realizadas entre 2015 e 2019 em comunidades rurais no nordeste do Pará (municípios de Acará, Bujaru e Concórdia do Pará), uma das regiões amazônicas com um campesinato mais antigo e diverso (HURTIENNE, 1999; HÉBETTE, 2004; COSTA, 2010). A partir da base empírica da pesquisa, busca-se, à luz das interpretações sobre o campesinato brasileiro, contribuir para o debate sobre o campesinato amazônico, discutindo as particularidades vislumbradas. Assim, o artigo objetiva apresentar algumas das sinuosidades da territorialidade e do processo de campesinização na Amazônia.

No trabalho, será possível ler alguns dos depoimentos extraídos das extensas conversas/entrevistas com os camponeses, que relataram seu cotidiano e suas relações com a terra por meio do trabalho familiar. O mergulho nas unidades domésticas e o percurso pelos caminhos da roça foram ferramentas imprescindíveis para as considerações realizadas neste trabalho.

O texto está dividido em duas seções. Na primeira, busca-se apresentar os elementos alicerçados na unidade familiar camponesa, como a relação entre o trabalho, o consumo e a comercialização. Na segunda parte, discute-se a terra camponesa como local de moradia e trabalho, sendo quem detém o conhecimento do saber-fazer o possuidor da gerência da propriedade familiar.

2. A unidade familiar camponesa

A unidade doméstica camponesa é o território que integra as relações de trabalho e de moradia no espaço agrário, onde se realiza um trabalho coletivo pelos membros da família, produzindo uma agricultura voltada para o consumo e a comercialização. Esse binômio consumo-comercialização tem sido desencadeado por diferentes circunstâncias, relacionadas ao tamanho da propriedade, ao número de componentes familiares e à interferência das rendas complementares².

Delineia-se que a unidade familiar camponesa é constituída por relações não capitalistas, mas que se encontra inserida na sociedade capitalista contemporânea, cuja base de sustentação reside na força de

trabalho familiar. Chayanov (2014, p. 129), ao pensar a unidade familiar camponesa em seus estudos agrários, aponta duas características da agricultura camponesa: a primeira seria “a exploração baseada no trabalho familiar” e, a segunda, “a exploração que utiliza trabalho assalariado além do trabalho familiar, sem, no entanto, adquirir o caráter capitalista”. Essas duas perspectivas, abordadas pelo autor, materializam-se nas unidades domésticas camponesas na Amazônia, complexificando a estrutura agrária a partir das possibilidades de trabalho que surgem como estratégias para esse campesinato alcançar a sua reprodução social.

Para Chayanov (2014), é a necessidade que estipula a temporalidade da família, criando metas de trabalho mediante o consumo geral da unidade doméstica.

A família é levada, pelas suas necessidades, a intensificar a sua capacidade de trabalho, e a quantidade de produtos é determinada por um equilíbrio, próprio da exploração baseada no trabalho familiar, entre a fadiga devida do trabalho (para o conjunto da família) e o grau de satisfação da procura (CHAYANOV, 2014, p. 123).

Para Ploeg (2016, p. 41), “nesse equilíbrio particular, o trabalho se refere à força de trabalho familiar disponível (isto é, as mãos capazes de desempenhar o trabalho) e o consumo se refere às bocas a serem alimentadas”. Essa balança trabalho-consumo, nas unidades domésticas camponesas na Amazônia, amplia-se diante de outros fatores que emergem na sociedade contemporânea, como o direito social da aposentadoria, por exemplo, que tem interferido nessa balança, reorganizando as relações de trabalho no núcleo familiar camponês. Com isso, a exploração familiar tende a se realizar mediante as rendas que complementam o trabalho na terra-roça, constituindo em alguns casos uma agricultura voltada apenas para o consumo doméstico.

A propriedade camponesa constitui uma pequena unidade de produção-consumo que baseia seu principal meio de subsistência na agricultura e é sustentada, principalmente, pelo trabalho familiar. As necessidades de consumo familiar e as dívidas contraídas com aqueles que detêm o poder político-econômico definem em grande medida a natureza da produção. As necessidades básicas e os ritmos da vida familiar camponesa e da produção agrícola estão intimamente amalgamados e se influenciam mutuamente. Tanto indivíduos externos quanto internos, consideram a propriedade camponesa como o núcleo-base da identificação social, da lealdade pessoal e da cooperação econômica entre seus membros³ (SHANIN, 1974, p. 17).

Shanin (1974) corrobora os estudos de Chayanov (2014) sobre a unidade familiar camponesa, compreendendo a base produtiva também pela exploração dos componentes familiares. Para Shanin (1980, p. 46), “a economia camponesa se caracteriza por formas extensivas de ocupação autônoma (ou seja, trabalho familiar), pelo controle dos próprios meios de produção, economia de subsistência e qualificação ocupacional multidimensional”.

É a partir desses elementos que a família camponesa se apropria e constitui seu domínio territorial sobre a terra, materializado na formação da unidade doméstica que é conduzida, concomitantemente, como um lugar de moradia e de trabalho.

Unidades camponesas produzem orientadas pela finalidade comum da reprodução dos respectivos grupos familiares, em perspectiva que incorpora consistência entre gerações – a geração operante se vê constitutiva das realizações de seus ascendentes e descendentes. Validam essa natureza essencial, entretanto, em combinações individualizadas de capacidades privadas, condicionadas por possibilidades e restrições das realidades locais, regionais e nacionais, que findam por definir a sua forma de existência. Nessa condição concreta, constituem um campesinato (COSTA; CARVALHO, 2016, p. 23-24).

Desse modo, entende-se a unidade doméstica camponesa como o território onde desembocam todas as ações do campesinato, engendrando no espaço agrário especificidades de acordo com o meio geográfico circundante, a questão étnico-identitária e a necessidade de consumo e comercialização do núcleo familiar.

Dentro de uma perspectiva mais complexa dos elementos que compõem a unidade camponesa, Ploeg (2016, p. 45) ressalta que

a unidade camponesa é, na terminologia atual, uma “rede de sujeitos” que funciona harmoniosamente e combina astutamente terra, plantio, gado, adubagem, sementes, instalações, mão de obra, ofícios, conhecimento, máquinas, redes (e talvez lotes de silvicultura ou jardins de ervas medicinais ou instalações agroturísticas ou um empório). É uma resposta construída ativamente às condições, oportunidades e ameaças externas. Isso não se aplica apenas à propriedade e à maneira como funciona. Aplica-se também à sua dinâmica, isto é, a forma em que se desdobra na prática.

Compreende-se em Ploeg (2016) a diversidade de elementos que podem ser encontrados nas unidades camponesas contemporâneas, aumentando a possibilidade de trabalho e renda para a família, recriando

seu modo de vida a partir da assimilação de técnicas e ajustes produtivos que fortalecem os vínculos do camponês com a terra.

Nas comunidades percorridas, nota-se que o ordenamento territorial das unidades domésticas camponesas é orquestrado por meio de uma relação produtiva que tem como fundamento a sobrevivência do grupo doméstico, estendendo essa produção para a possibilidade de criação de animais e para a compra de bens alimentares e de utilidade cotidiana que não são produzidas no sítio. Marques (2008, p. 69) enfatiza “a especificidade da lógica camponesa, que produz visando à satisfação das necessidades da família, e reafirma a sua flexibilidade e capacidade de adaptação, o que tem permitido seu ajuste a níveis de remuneração mais baixos em conjunturas desfavoráveis”.

É muito bom essa terra aqui. Tudo que a gente planta, dá e cresce viçosa. Não carece, não precisa de adubo. Aqui em casa só o que a gente aduba é pimenta. Mas negócio de plantação, o Zé nunca colocou adubo. Aqui a gente vende a farinha que a gente faz né. Pimenta, é negócio de açaí, coco, pupunha a gente não vende porque só é pro consumo. O milho só é pra galinha e o arroz só é pro sustento da gente. A farinha a gente vende pro marreteiro aqui que vem lá do Maranhão. As vezes o Zé leva lá pra Bujaru, pra vender lá, marreteiro compra farinha lá. Semana passada o Zé vendeu de 90 reais o saco lá. Já teve um ano que a gente vendeu a 150 o pacote (Entrevista 1, comunidade Conceição do Guajará, Bujaru, 17 de maio de 2016).

Uma parte da roça, um pouco de pimenta, mas renda familiar mesmo é da roça. Olha, eu reduzi muito, eu fazia, eu trabalhava numa faixa de 3 hectare, duas e meia, aí as forças foi diminuindo né, aí fui reduzindo. Hoje em dia o máximo é uma hectare por ano, o que dá 4 tarefa. Aqui tenho coco, açaí e um pouco de pimenta. De cada um a gente vende um pouquinho. Dá roça tem mandioca e milho as vezes, só é mais mandioca. A gente faz esse tipo de produção assim porque nem todos chega ao mesmo tempo né. Então por exemplo, agora nós não temos açaí, só cupuaçu mesmo e nem todo dia. Aí no momento da falha do açaí, tem a farinha, tem uma laranjinha, limão, tem banana, aí um cobre a falha do outro. Aí a gente vai trocando o barco, assim, e a farinha é o carro chefe (Entrevistado 2, comunidade Conceição do Guajará, Bujaru, 12 de maio de 2016).

De cada coisa a gente tem um pouco. A gente tem um pouco de roça, um pouco de pimenta, feijão é por época, tem coco, tem açaí. Hoje a gente vende mais a pimenta. Antigamente a gente fazia muita farinha, agora não, a farinha é mais pro gasto mesmo. A gente faz pouco por causa do trabalho meu filho, dá muito trabalho e a gente tá ficando mais velho né, e é assim. E a gente fazendo a farinha, só pra comer não dá muito trabalho, que a gente se junta né e faz tudo junto. Quando meus filho tão na hora vaga dos serviço deles a gente faz a farinha (Entrevistado 3, comunidade Mariquita, Acará, 10 de setembro de 2016).

Eu planto um pouco de cada coisa, tem de tudo, mandioca, feijão, milho, jambu, isso é mais pro nosso consumo. Pimenta-do-reino, uns 800 pés de pimenta. Meu açaí tá pequeno, coco também tá pequeno. A gente planta arroz pro consumo, milho pra dá pra galinha, feijão tá plantado, mas é tudo por período né. O açaí ainda tá pequeno, uns 300 pés. A gente tá vendendo agora a farinha de vez em quando (Entrevistado 4, comunidade Km 35, Concórdia do Pará, 15 de abril de 2017).

Nós trabalhamos com a monocultura ainda, com a monocultura e trabalhamos a fruticultura, nossa produção é fruticultura, é açaí, acerola, maracujá, goiaba. A monocultura é o trabalho braçal, manual, não é trabalho mecanizado, ainda é trabalho braçal, de forma artesanal. Quando eu falo monocultura não é dendê, quando eu falo monocultura é o trabalho tradicional, trabalhamos mexendo a terra com enxada, com machado, com terçado, essas coisas. A gente tem roça, mas é pouca. Aí a roça é só pro consumo. É só pra necessidade da gente, o arroz, feijão, o milho, mandioca, macaxeira, melancia, essas culturas assim, bem básicas (Entrevistado 5, comunidade Nova Esperança, Concórdia do Pará, 14 de agosto de 2017).

Eu vivo só da roça, eu planto mandioca, verdura, arroz, milho, pimenta, mas ainda não tou colhendo. Eu vendo a farinha, o milho, o arroz. Tira pro sustento também. Da roça, a gente não vive muito bem, mas é o meio que a gente tem pra sobreviver, tendo saúde a gente consegui manter bem o trabalho (Entrevistado 6 comunidade Arapiranga Rodovia, Concórdia do Pará, 10 de julho de 2017).

Nesses depoimentos, observa-se a diversidade de relações engendradas na unidade doméstica camponesa, que realiza um ordenamento territorial a partir da particularidade de cada família. Fica evidente a policultura cultivada pelas famílias, organizando um sistema produtivo alternado entre as culturas a serem colhidas ao longo do ano.

Destaca-se a divisão entre o que entra na dieta familiar e o que é direcionado para a comercialização, estreitando-se na produção da mandioca e no cultivo da pimenta-do-reino. A produção realizada por meio de uma diversidade agrícola permite a este campesinato estar sempre colhendo determinado gênero agrícola, seja da roça, seja dos pomares e/ou outros cultivos.

Nessas unidades familiares, nota-se a produção da mandioca, que, em grande ou menor intensidade, torna-se um dos principais nutrientes da dieta camponesa local e um dos principais produtos nas relações comerciais. Mesmo não comercializando a farinha, a sua produção se faz importante para não ter que comprar o que se pode produzir na unidade familiar.

Para o entrevistado 7, “se a gente tem a mandioca, a gente faz a farinha e se for vender a gente vende por 30 reais. Mas se a gente não tem

a mandioca e for comprar a farinha, se a gente for comprar na taberna, eles vendem pra gente mais caro, por uns 50 reais”. Observa-se que, para os camponeses, produzir a própria farinha torna-se uma estratégia para assegurar o alimento da dieta familiar, que seria mais caro no processo de compra no mercado local. Assim, mesmo não comercializando a farinha de mandioca, a sua produção se faz importante para a soberania alimentar do núcleo familiar.

Apesar desse direcionamento da agricultura camponesa para o consumo doméstico, alguns autores chamam atenção para o fato de que essa forma de agricultura não se resume apenas a uma produção de consumo ou mesmo de subsistência, mas se caracteriza como uma agricultura de excedente. Sobre essa perspectiva, Brandão (2007, p. 45-46) apoiado nos trabalhos de José de Souza Martins, afirma que:

Essa agricultura tradicional não é uma agricultura de consumo, mas uma agricultura de excedente. Seus produtores geram tanto os bens de consumo familiar quanto, e em múltiplos casos, principalmente o excedente que é destinado à troca e a venda em mercados vicinais, locais e mesmo regionais. Pequenos proprietários e produtores arrendatários de terra plantam e criam diretamente para o mercado e, em diferentes situações, tendem a tornar-se cativos produtores maiores ou mesmo de empresas que financiam a produção e detêm o poder de compra de seus produtos.

Essa citação de Brandão (2007) aproxima-se da agricultura praticada nas unidades domésticas das comunidades pesquisadas e vislumbradas nos depoimentos apresentados anteriormente. A família camponesa, ao confeccionar os espaços produtivos no sítio/roça, leva em consideração a produção voltada para o consumo doméstico, mas, automaticamente, conduz essa agricultura pensando no excedente, ou seja, na produção agrícola que se volta para a comercialização. A produção excedente de mandioca e a intensificação do cultivo da pimenta-do-reino e do açaí destacam-se como uma agricultura de excedente, que tem por objetivo a família vender e comprar aquilo que não se produz na roça. É nesse delineamento entre o que fica e o que sai que a família camponesa ordena territorialmente a unidade doméstica, direcionando uma produção ora mais para o consumo, ora mais para a comercialização.

3. A terra de morada é a terra de trabalho

A propriedade camponesa é subdividida de acordo com a necessidade ou a organização familiar, compreendendo o local de moradia, o quintal, o local onde ocorre a industrialização produtiva e a roça. Desse modo, entende-se que a terra é local de moradia e de trabalho, havendo usos específicos dos espaços conforme as relações de trabalho ou familiares, sendo que, por vezes, as relações de trabalho e familiares são realizadas conjuntamente.

Nos momentos da vida camponesa, é possível detectar, por exemplo, o planejamento familiar na produção de mudas de árvores frutíferas (açai, cupuaçu, bacuri, piquiá, castanha-do-Pará) que poderão ser plantadas no sítio familiar, doadas ou trocadas entre a vizinhança, ou mesmo comercializadas.

Outro ponto importante é a forma de desmatar o solo para o plantio das roças. À parte a questão ambiental, o sistema de corte e queima ainda é uma prática predominante que, além de possibilitar a aceleração da adubação e a limpeza do solo para o plantio, gera também a extração da madeira, que pode ser direcionada para a produção de carvão vegetal, para o uso doméstico e/ou servir de lenha no processo de preparo da farinha de mandioca.

As relações de ajuda mútua ou mutirão são desencadeadas tanto na limpeza da terra-roça quanto nos retiros⁴. No caso do retiro, a família extensa e vizinhos se juntam para descascar a mandioca e auxiliar no preparo da farinha. Esses momentos de sociabilidade e reciprocidade entre familiares e a vizinhança, na perspectiva de Fabrini (2008, p. 265), “evidencia[m] a dimensão local da vida camponesa, pois permite uma sociabilidade forjada num pequeno círculo de familiares que vivem próximos uns aos outros, pois as pessoas se identificam com um pequeno grupo”. O autor complementa que “estas relações entre vizinhos também apontam para uma socialização forjada na esfera local e que se desdobra na produção agrícola”.

Essas relações produtivas entre o plantar, o colher e o comer são o que particulariza as unidades domésticas camponesas, afixando um ordenamento produtivo entre o que é consumido e o que é comercializado. E que tem por objetivo principal saciar a necessidade da família, sendo a agricultura camponesa, além de consumo e excedentes, uma agricultura essencialmente de sobrevivência.

Os momentos e o espaço da unidade camponesa são ordenados pela própria família, principalmente pelos mais velhos que possuem o conhecimento do saber-fazer, que ensinam a cada geração, por meio da oralidade, a prática de vida na roça, tal como se evidencia no depoimento a seguir.

Quando nós criamos nossos filhos ainda tinha capoeirão. Hoje em dia não tem mais. Tá só pastagem mesmo, mas ainda dá pra fazer roçado. A gente tá fazendo aos pouco, pequenininho, porque roça mesmo, eu que tô aposentado, não tem como fazer roça grande, mas eu ainda faço o meu roçado, eu não quero ficar sem roça porque só a pessoa aposentado não dá pra sobreviver né, que é um salário só, pra uma pessoa dá, mas tem o remédio, tem a roupa, tem o calçado né, tem a ajuda dos filhos que não são empregado né. No momento que o filho adoce, ou seja, tem uma precisão, a gente claro, tem que ajudá né. Então do roçado, eu tiro a verdura, eu tiro a tapioca, eu tiro a farinha d'água pra gente comer né, pro consumo, a macaxeira, a verdura, isso eu já não compro né. Que dizer, pra mim, eu tenho que ter meu roçadinho, que mesmo pequeno, de meia tarefa, de quase uma tarefa. Mas eu tenho que ter com a ajuda dos filhos, eles vão, me ajudam a fazer, me ajudam plantar e que dizer, eu tô lá pra orientar, como já tô capacitado ao trabalho como se diz, eu tenho orientação do trabalho, é isso. Não ir lá pra dentro trabalhar diretamente, mas tem que tá dando orientação, a gente faz assim, a gente colhe desse jeito, planta desse jeito, a gente sabe o tempo de fazer o roçado, no tempo que é pra colher né. O tipo de planta que a gente planta, o mês que a gente vai plantar, eles não têm orientação da plantação né, que são novo ainda. E eu como já tenho uma idade pra isso, eu tenho graças a Deus, me criei no roçado desde pequenininho, trabalhando e até hoje eu tenho muita experiência de roçado. Hoje de plantação aqui tem de tudo, tem açaí, tem castanha do Pará, tem marí, tem piquiá, tem coqueiro, tem limãozinho, tem uxi, só pro nosso consumo, não vende, dá pros vizinho, quando o momento que dá a fruta a gente faz doar pros vizinho que venham buscar e a gente dá, não vende nada. Dá roça também não vende nada, só pro consumo mesmo, o meu milho é pras minha galinha que eu gosto de criar né. Aí a mandioca eu faço tapioca, pra fazer beju, pra fazer a farinha que eu sei fazer de tapioca. A farinha pro gasto, às vezes a gente vende algum saquinho pra ajudar, né, na despesa, mas aí não é todo tempo, porque quando ela tá em baixa, a gente não faz farinha pra vender, porque não tem como vender, porque a gente vai vender e tem mais prejuízo do que lucro. Aí a gente espera dá um preço mais ou menos pra continuar vendendo (Entrevistado 8, Comunidade Conceição do Guajará, Bujaru, 13 de maio de 2016).

A fala transcrita acima vislumbra a organização interna da unidade produtiva camponesa local, onde quem detém o conhecimento do saber-fazer comanda o núcleo doméstico, delimitando a área ideal para o plantio, o tempo de confecção da roça, o tempo de plantio e o tempo de colheita. Nesse caso em particular, nota-se as temporalidades da vida camponesa, baseadas no conhecimento das estações chuvosas amazônicas, da natureza do solo e do amadurecimento dos frutos que dão sustentação à família.

A organização da produção centrada na intensidade do trabalho familiar e não na utilização de máquinas exige do camponês um conjunto de conhecimentos das atividades no campo que possibilita um saber fazer. Este saber fazer, muitas vezes secularmente acumulado, coloca a produção camponesa numa condição diferenciada e não deve ser desprezado em nome da modernidade, progresso e conhecimento científico (FABRINI, 2008, p. 263).

A citação de Fabrini (2008) dialoga com o depoimento do entrevistado 8. Esse saber-fazer é transmitido no chão da própria roça, nas relações cotidianas na casa de morada, no sítio, despertando um entendimento sobre o uso comum da natureza, da árvore que pode ou não ser derrubada, como fazer o sistema de corte e queima não ultrapassar o limite desejável, a utilização do igarapé, o processo de produção da farinha e de outros derivados da mandioca. Esse conhecimento é construído pela oralidade, pela convivência e pela prática cotidiana. A socialização do trabalho na agricultura camponesa inicia-se primeiramente por meio da ludicidade na infância, depois na concepção de ajuda na juventude e no trabalho árduo na fase adulta. A fala do entrevistado 8 elucida bem essas relações corriqueiras do dia a dia da família, que fazem do ir e vir da roça a possibilidade de produzir alimento, mas também a formação de novos agricultores camponeses (WOORTMANN, 1990).

O entrevistado concebe uma temporalidade camponesa não apenas pelo tempo de plantio e colheita, mas também pelo tempo da comercialização. Fica claro no depoimento que a venda da farinha pode ser realizada somente quando o preço do produto está em alta no mercado, não sendo vantajosa a comercialização no período de superprodução, devido à renda adquirida com o comércio da farinha não corresponder ao trabalho empregado pela família. Isso demonstra a inalienabilidade do trabalho na concepção camponesa, reconhecendo o valor do trabalho empregado na produção de mercadoria.

Percebe-se também as relações de vizinhança que são orquestradas em comunidade, na doação e na divisão de frutas que não são comercializadas, mantendo as relações de sociabilidade e reciprocidade entre os núcleos domésticos, na partilha de alimentos e na vida em comum.

A partir do mergulho nas unidades domésticas, destaca-se o papel central da família na organização da propriedade camponesa, tendo no trabalho coletivo as forças produtivas necessárias para cultivar a terra.

O trabalho familiar caracteriza o vínculo social do camponês com a terra. Nuclear ou extensa, a família camponesa se envolve nas diversas tarefas produtivas, visando à reprodução física e social deste grupo de pessoas. Em geral, cabe ao chefe da família a direção e o desempenho de atividade de derrubada e limpa das áreas destinadas ao plantio e à colheita nas roças. É igualmente de sua responsabilidade o trato com os animais domésticos de grande porte, cujo número e qualidade é sempre comparativamente inferior aos encontrados nas propriedades de um grande fazendeiro ou de uma empresa agropecuária (MOURA, 1988, p. 54).

A concepção de Moura (1988) sobre o trabalho familiar na unidade camponesa corrobora para o entendimento das propriedades camponesas encontradas no agrário amazônico, na qual o depoimento do entrevistado 8 sintetiza o papel central que o chefe da família exerce sobre o saber-fazer no processo produtivo.

Mesmo aposentado, o entrevistado 8 relata a necessidade de continuar com a vida de trabalho na lavoura, sendo um aspecto simbólico-cultural, mas também da necessidade de manter parte do consumo interno familiar vindo do próprio sítio. Durante a pesquisa foi percebido um grande número de pessoas aposentadas que ainda realizam a arte da agricultura.

Rapaz eu não trabalho, mas tenho roça, tenho mais de quem é novo e trabalha. Tenho quase 10 tarefa de roça, com mandioca, milho, tenho cupuzal, açaí, cacau, coco. Minha terra aqui perto não presta pra pimenta e eu não tenho condições de tá lá pro centro todo dia e, pimenta, o dono não tando dentro é só furo. O açaí a gente vende na safra, apanha, bate e vende aí, o açaí é vendido aqui mesmo. A mandioca, às vezes eu vendo a carrada de mandioca, às vezes vendo a farinha. A mandioca raiz que eu vendi e quem me pagou foi um cara de um caminhão lá do Americano, ele compra e paga. Mas aqui depois apareceu um sem vergonha de Santa Maria que me enganou com duas tarefa, ainda gastei 35 litro de gasolina pra ajudar, aí ele nem me pagou e nem pagou quem arrancou a mandioca pra ele. Aí ficou perdido. Aí, eu continuo com a roça porque eu compro fiado e quando chega no fim do mês eu tenho que pagar. Só da aposentadoria até dá pra viver, mas é muito apertado. Eu levo é 80, 100 pacote de farinha pra vender aí pra fora de uma vez. Agora eu não tenho, mas quando começo a fazer é assim, meeiro, fica mês e mês fazendo farinha, vendo no trato, faço tudo em meia. A meia é o seguinte, eles botam a mandioca de molho, fazem a farinha e depois a gente reparte, às vezes eu ajudo com a gasolina, quebro no meu motor. Aí também tem o frete do trator, eu também reparto, eu divido com eles que é barato o frete (Entrevistado 9, comunidade Mariquita, Acará, 18 de agosto de 2016).

O entrevistado 9, mesmo já aposentado, relata que sua produção é maior do que a dos mais jovens da comunidade de Mariquita, ainda mantendo áreas produtivas devido à necessidade familiar. Nesse depoimento destaca-se o trabalho realizado em parceria, que na comunidade recebe o

nome de meia, sendo a divisão da renda proveniente do trabalho da roça. Neste caso, o entrevistado 9 entra na parceria com a terra e a outra família entra com o trabalho.

As relações produtivas realizadas pelo sistema de meia/parceria possibilitam às famílias que não possuem terra conseguir o sustento do grupo doméstico, continuando a fazer do campo um lugar de possibilidades para a reprodução social da família.

Sobre o sistema de parceria, Oliveira (1991) destaca que esta relação de trabalho é desenvolvida como uma alternativa ao assalariamento de trabalhadores na propriedade camponesa que, mesmo com a ausência das condições financeiras, encontram mecanismos para manter a produção na propriedade. Para o autor, “o camponês ao contratar o parceiro divide com ele custos e ganhos. Assim, tenta superar a falta de capital variável, que o levaria a deixar de ser praticamente camponês, para transformar-se num pequeno capitalista” (1991, p. 56).

Nas comunidades rurais nas quais a pesquisa foi realizada, observa-se que algumas famílias não possuem terra e que, além de trabalharem em sistema de meia/parceria, têm orquestrado outras relações para assegurar as roças anuais de sobrevivência, por meio do arrendamento da terra.

A terra que eu trabalho não é minha, é dessa senhora que mora aí do lado, do vizinho aí do lado, a Irani. Era do pai dela, o pai dela morreu, agora é dela né, ela ficou. Então, eu trabalho na terra deles. Esse pedaço que o senhor vê aí, foi o velho que cedeu pra gente. Eles arrendam a terra pra gente. Geralmente eles arrendam 100 reais a tarefa. Aí se a gente tiver dinheiro na hora a gente paga, se não só na colheita, com um ano. Quando o velho ainda era vivo eu não pagava nada, depois que ele faleceu, os filhos começaram a cobrar né (Entrevistado 10, comunidade da Mariquita, Acará, 18 de agosto de 2016).

O depoimento do entrevistado 10 expõe o exemplo do processo de arrendamento que tem sido desenvolvido em algumas comunidades. A partir dessa forma de trabalho, observa-se que a família engendra mecanismos para continuar a viver no campo mesmo sem a posse da terra, orquestrando meios para assegurar as roças anuais de sobrevivência do núcleo doméstico.

Desse modo, mesmo sem a terra, denota-se que o campesinato amazônico organiza outras formas de se reproduzir pelo trabalho na roça. Nesse ínterim, destaca-se a importância da comunidade e das relações de

vizinhança, que agregam as unidades domésticas e que, por meio das relações de sociabilidade e reciprocidade, possibilitam à família com dificuldade financeira alcançar sua reprodução social na sociedade contemporânea.

É por meio do reconhecimento da vida em comunidade que são orquestradas relações como a meia/parceria, relatada pelo entrevistado 9, o sistema de arrendamento visto no depoimento do entrevistado 10, e as relações de trabalho acessório. Essas relações que se estabelecem entre vizinhos e familiares sobre a terra são a possibilidade de permanência no campo, permitindo manter-se na vivência comunitária.

A conquista da terra também pode ser realizada por meio dessas relações de trabalho, que capitaliza a família para o investimento na compra e na construção do sítio camponês, sendo, portanto, um viés para o fortalecimento das lutas sociais engendradas para a aquisição da terra.

A função social da terra para o campesinato apresenta-se na segurança que a família tem em possuir um pedaço de chão para manter a permanência da vida no campo.

O meu filho trabalha num pedacinho de terra que eu tenho ali, que eu comprei. Eu comprei porque a gente sempre tem que trabalhar, mas sempre ter o lugarzinho da gente sabe. Vamos supor que não dá certo, uma hora não dá certo, já tem pra onde ir né. Só que eu não tenho plano de sair daqui não. Hoje só o meu filho que trabalha lá, eu tenho uns pés de pimenta, mas é ele que leva pra frente, eu não mexo nada lá não (Entrevistado 11, comunidade Conceição do Guajará, Bujaru, 02 de junho de 2016).

A fala do entrevistado 11 demonstra a importância da terra, que, mesmo trabalhando como gerente numa fazenda de gado nas proximidades da comunidade Conceição do Guajará, conseguiu comprar sua propriedade particular, onde atualmente seu filho tem desenvolvido a atividade na agricultura e garantido parte da renda familiar. Para o entrevistado, a terra torna-se algo seguro diante da incerteza do trabalho assalariado na fazenda, sendo, portanto, um horizonte de vida, caso o trabalho assalariado não dê mais certo.

A conexão entre o campesinato e a terra faz-se presente em diversas relações familiares presenciadas nas comunidades em pesquisa. Foi possível observar, por exemplo, várias famílias que vivem em uma determinada comunidade, mas que realizam atividades produtivas na terra de familiares em outras localidades.

A gente trabalha na terra do meu pai lá no 22, a gente vai daqui do 29 pra lá, trabalhar. Quando não, a gente trabalha ali na terra do 33, que é a terra do meu avô. A terra é do meu pai, mas a gente faz a roça pra gente mesmo. A gente geralmente faz duas tarefa por ano. A gente planta arroz, milho, feijão e mandioca né, pra farinha (Entrevistado 12, comunidade Km 29, Bujaru, 18 de março de 2017).

Na relação exposta no depoimento do entrevistado 12, nota-se famílias que vivem em uma determinada localidade, mas que possuem suas bases produtivas em outras comunidades que, às vezes, ultrapassam o limite administrativo dos municípios. Nesse exemplo, compreendemos que “a luta pela terra não pode ser dissociada da luta pelo trabalho” (CASTRO, 1999, p. 40). Terra e trabalho são categorias fundamentais que caminham juntas no processo de campesinização na Amazônia.

A terra é o significado do trabalho e o trabalho é o significado da família. Mais do que um objeto de trabalho, a terra é o espaço da família e da liberdade. A terra é a condição para o desenvolvimento da família e da liberdade. Para os camponeses a terra é tanto natureza sobre a qual se realiza o trabalho do grupo e da família, quanto patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor (SIMONETTI, 1999, p. 172).

A terra e o trabalho instrumentalizam a família no fortalecimento da unidade doméstica, mantendo a liberdade sobre os meios de produção, o tempo e a natureza. A liberdade camponesa dá-se pela conquista da autonomia, por onde a família consegue se manter a partir do trabalho dos seus próprios integrantes.

Para Woortmann (1990, p. 23), “nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família”. Desse modo, a tríade terra-família-trabalho é o que dá sustentação à unidade doméstica camponesa, onde se realiza a produção que garante a sobrevivência do núcleo camponês.

Dentre as relações produtivas da unidade familiar camponesa, tem-se destacado o cultivo da pimenta-do-reino, principalmente pela elevação do preço no mercado em 2015.

A gente trabalha com mandioca, pimenta, tem plantio de cacau, milho, laranja, cupuaçu. Disso a gente nem vende tudo. O açaí que começamo a cultivar agora, deve começar sair agora. Se der muito a gente deve vender pra fora, pra Bujaru. Já com o dinheiro da pimenta a gente investe porque tem, porque tem despesa a pimenta né. A gente compra adubo, a gente compra veneno, compra estaca, compra lona, compra motor pra peneirar a pimenta. Com o lucro a gente guarda

ou faz alguma coisa né. No ano passado, nós compramos material que nós quer levantar a nossa casa de alvenaria né. Aí é assim, vai investindo nas coisas que a gente precisa (Entrevistado 13, comunidade Km 29, Bujaru, 20 de março de 2017).

O depoimento do entrevistado 13 aproxima-se do enunciado por Ploeg (2006, p. 22) sobre a articulação entre uma coprodução camponesa e o mercado. Para o autor, “uma parte da produção é vendida, outra pode ser consumida diretamente pela família camponesa; e uma terceira parte da produção total poderá alimentar o próximo ciclo de produção”. Nas comunidades estudadas, esta terceira parte tem sido reinvestida principalmente para culturas permanentes que requerem maior custo na produção. Para o cultivo da pimenta-do-reino, por exemplo, há mais despesa para o núcleo familiar, que precisa de materiais e fertilizantes químicos para a manutenção dos pimentais:

Ano atrasado nós vendemos a 30 reais o quilo da pimenta, conseguimos um bom dinheiro. Ano passado já foi vendido a dezoito, vinte, já não foi muito bom. Eu ainda não vi esse ano, mas tão falando que tá em nove, nove e cinquenta, já não vai ficar muito pro produtor. Porque se baixa pra cinco, seis reais já vai colher só pra dar pro apanhador. O apanhador ganha a base de 50 centavos por quilo, mas pra dá um quilo seco tem que ter 4 quilo verde. Nós pagamos o apanhador pelo quilo verde, ele chega aqui, vai apanhando e a gente paga só depois que a pimenta vai secar. Depois que seca tem uma quebra grande. Aí se ela fica muito barata, só vai dá pra manutenção mesmo. Pra nós que estamos acostumados a mexer com a pimenta, pegar preço ruim e preço bom com ela, ainda vale a pena continuar com ela. Mas agora, tem muito cabra aí só plantou porque viu o preço de 30 reais, ele sempre acaba abandonando o pimental. Tem uns 30 anos que comecei a trabalhar pra mim mesmo com pimenta. Aí, desde novo é uns 40 anos trabalhando. Aí já percebi que quando a pimenta fica muito barata, só vai ficando aquele que sempre plantou pimenta. Agora tem muita gente, tem muito fazendeiro que plantou porque deu dinheiro, creio que vão parar de plantar agora (Entrevistado 14, comunidade Nova Esperança, Concórdia do Pará, 21 de agosto de 2017).

A fala do entrevistado 14 sinaliza para dois grupos de camponeses que cultivam a pimenta-do-reino. O primeiro seria aquele que trabalha com esse condimento de forma contínua, independentemente da variação do preço do produto no mercado. O segundo grupo seria composto por camponeses que, pelo aumento do preço no mercado, interessam-se pelo cultivo, abandonando-o futuramente, caso essa agricultura decline no valor comercial.

Essa relação produtiva alternada na unidade doméstica dá-se pela busca desse campesinato por inserção no mercado, conseguindo produzir

uma agricultura que alcance maior renda para a família. Desse modo, quando o preço da pimenta está alto, observa-se uma corrida para a formação dos pimentais; quando a pimenta está em baixa, procura-se outras formas produtivas para o sítio.

Tal efeito já faz parte do planejamento territorial da unidade familiar, como demonstrado no depoimento a seguir:

Eu plantei cocal aqui no pimental, aí quando a pimenta morrer, com cinco e seis anos ela morre, aí fica o cocal, é o tempo que o coco chega. Mas a gente pode plantar pimenta aqui de novo, ela gosta de sombra, aí a gente corta a árvore da pimenta e vai tirando as mudas do tronco mãe da árvore. Aí quando a pimenta para de dá, a gente começa a mexer com a marretagem né, a gente vai ganhando o pão assim, quando sai de um vai pra outro né. Na marretagem a gente vende o coco e a farinha. Eu não tenho mais roça, mas trabalhei muito em roçado, só que eu parei pra trabalhar com pimenta. Hoje eu tenho 2 mil pé de pimenta, essa área minha aqui dá 5 tarefa (Entrevistado 15, comunidade Km 29, Bujaru, 19 de março de 2017).

Na fala do Entrevistado 15, observa-se os momentos produtivos de sua unidade familiar. No chão onde atualmente se cultiva a pimenta-do-reino já há uma plantação de coco para futuras colheitas, para quando o pimental morrer. Essa circunstância apresenta-se como uma estratégia dessa família para manter o sítio sempre em atividade, planejando a vida produtiva a longo prazo. No trabalho na agricultura, percebe-se a ação do marreteiro, que compra produtos nas comunidades vizinhas e depois os revende para as feiras da região metropolitana de Belém.

Esses exemplos da unidade doméstica camponesa demonstram que “a pequena unidade camponesa de tradicional agricultura familiar não é marginal à expansão do capitalismo agrário e nem é uma experiência social em extinção. Ao contrário, ela é orgânica e essencial à expansão do capitalismo no campo” (BRANDÃO, 2007, p. 45).

Nota-se que o campesinato das comunidades pesquisadas tem ordenado a unidade produtiva familiar a partir de estratégias agrícolas que deem sustentação ao projeto de vida no campo, orquestrando mecanismos para ter trabalho e renda ao longo do ano, contudo, já pensando na produção e lavoura do ano seguinte.

Delineia-se, assim, que o campesinato amazônico tem na unidade familiar uma de suas características mais importantes, sendo o meio pelo qual abastecem as energias para lutar contra a ordem hegemônica

do capital. É pelos territórios camponeses que o espaço agrário se torna diverso, constituindo um território de moradia da vida (HEREDIA, 1979).

4. Considerações finais

Para pensar a territorialidade camponesa na Amazônia, somos levados a considerar a perspectiva de que essa territorialidade é diversa, imersa em lutas étnicas e ambientais, permeadas pela busca do direito ao território e à terra. Contudo, observa-se que, por trás dessas lutas, existem relações cotidianas no chão da terra camponesa, que possibilitam a reprodução social de populações que fazem do campo um espaço de moradia e de trabalho.

A essas relações cotidianas, identificou-se neste trabalho o processo de campesinização, que se define como relações não capitalistas de manuseio da terra, tendo como base o trabalho familiar que dita as diretrizes que organizam a vida no campo, construindo, assim, territorialidades camponesas. Essas territorialidades particularizam-se diante das diferentes lutas contra a tentativa de destruição da vida no campo, e das lutas sociais emergem as denominações identitárias que identificam as populações tradicionais e seus direitos territoriais.

A partir da pesquisa, aponta-se que a unidade familiar camponesa é o meio pelo qual se desencadeiam os mecanismos da reprodução social dessas famílias no campo, sendo, concomitantemente, a terra local de moradia e de trabalho. Esse é um dos indicativos para se pensar um espaço agrário não somente pelo viés da agricultura como negócio, mas como possibilidade real de reprodução social da vida coletiva no campo.

Ao apresentar algumas sinuosidades das relações desencadeadas nas unidades familiares camponesas pesquisadas, aponta-se que a produção agrícola é acompanhada por uma relação cultural de trato com a terra que é assimilada na prática da vida familiar. A roça, mais do que um espaço de agricultura, é uma escola de novos agricultores, sendo que quem detém o domínio do conhecimento do saber-fazer torna-se o professor da arte de transformar a natureza em culturas agrícolas.

Para apresentar o conceito de campesinização como um instrumento construtor de territorialidades camponesas na Amazônia, parte-se das

interpretações empíricas vivenciadas em campo à luz dos estudos camponeses que concebem a reprodução social dessa população na sociedade capitalista. A campesinização seria, portanto, o mecanismo que a população camponesa orquestra em seu cotidiano para firmar suas territorialidades no campo, seja pelas práticas cotidianas na unidade familiar, seja pelos *fronts* de lutas para permanecer ou entrar na terra.

Desse modo, espera-se ter contribuído para o debate sobre as relações produtivas, comerciais e interpretações possíveis sobre a territorialidade camponesa amazônica na sociedade capitalista global, a partir dos processos complexos que aqui denominamos de campesinização.

Notas

- 1 A junção dos verbos resistir mais existir é uma grafia utilizada pelo Professor Carlos Walter Porto Gonçalves (2006, p. 51), referindo-se ao movimento das lutas sociais no campo que, além da resistência ao modelo hegemônico capitalista neoliberal, lutam pelo direito territorial de suas existências e do modo de vida específico. Para o autor, “mais do que resistência, o que se tem é R-Existência posto que não se reage, simplesmente a ação alheia, mas, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que R-Existe. Existo, logo resisto. R-existo”.
- 2 Entende-se por rendas complementares o trabalho assalariado, a aposentadoria, os benefícios e programas sociais.
- 3 Tradução nossa para: “La explotación campesina forma una pequeña unidad de producción-consumo que encuentra su principal sustento en la agricultura y es sostenido, principalmente, por el trabajo familiar. Las necesidades de consumo familiar y las deudas contraídas con los detentadores del poder político-económico definen en grado mayor el carácter de la producción. Las necesidades básicas y los ritmos de la vida familiar campesina y los de la producción agrícola se mezclan íntimamente y son mutuamente determinantes. Tanto los individuos de fuera como los de dentro tratan a la explotación familiar campesina como el núcleo básico de la identificación social, la lealtad personal y la cooperación económica de sus miembros” (SHANIN, 1974, p. 17).
- 4 O retiro, também conhecido como casa de farinha, é o lugar de trabalho, onde a família camponesa prepara os derivados da mandioca, como a farinha d’água e/ou seca, a farinha de tapioca, a goma de tapioca e o tucupi (suco da mandioca). Todos esses derivados podem ser consumidos pela família e/ou comercializados. Além dessa base produtiva, o retiro também é o espaço para a socialização da família extensa e dos vizinhos, onde há o encontro e a ajuda no processo produtivo, permeado por conversas, fofocas e anedotas, construindo um momento de descontração do trabalho.

Referências

BRANDÃO, C. R. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Ruris**, v. 2, n. 1, p. 37-63, março de 2007.

CASTRO, E. Tradição e modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia. **Novos Cadernos - NAEA**, v. 2, n. 1, p. 31-50, dez. de 1999.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). In: CARVALHO, H. M. (Org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

COSTA, F. A. Lugar e significado da gestão pombalina na economia colonial do Grão-Pará. **Nova Economia** (UFMG. Impresso), v. 20, p. 1-40, 2010.

_____; CARVALHO, H. M. Campesinato. In.: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e campesinato**. São Paulo: Outras expressões, 2016. p. 23-34.

FABRINI, J. E. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 239-272.

HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004. Vol. II.

HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida: o trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HURTIENNE, T. Agricultura familiar na Amazônia oriental. Uma comparação dos resultados da pesquisa socioeconômica sobre fronteiras agrárias sob condições históricas e agroecológicas diversas. **Novos Cadernos - NAEA**, v. 2, n. 1, p. 75-94, dezembro de 1999.

GONÇALVES, C. W. P. De saberes e de territórios: diversidades e emancipação a partir da experiência latinoamericana. **GEOgraphia**, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói/RJ, Ano VIII, n. 16, p. 41-55, 2006.

MARQUES, M. I. M. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 49-78.

MOURA, M. M. **Camponeses**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PLOEG, J. D. O. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto chayanoviano**. Tradução Cláudia Freire. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

SACK, R. D. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Org.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011.

SHANIN, T. Naturaleza y lógica de la economía campesina. **Cuadernos Anagrama**, v. 1, n. 1 e 2, p. 7-85, 1974.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. In.: HUMPHREY, J. et al. (Org.). **Trabalho e dominação**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1980. p. 42-80.

SIMONETTI, M. C. L. **A longa caminhada**: a (re)construção do território camponês em Promissão. 1999. 200f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, São Paulo, 1999.

WOORTMANN, K. Com Parente não se Negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, v. 87, p. 11-73, 1990.

Recebido em 07/05/2026

Aceito em 29/05/2026

